

2014

FUNDAÇÃO PIRES NEGRÃO

ANEXO

Cantanhede, 31 de Março de 2015

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 Designação: Fundação Pires Negrão

1.2 Sede: Rua António Silva Bronze, Cantanhede

1.3 NIF: 510160808

1.4 Natureza da Atividade: Apoio a crianças e jovens no âmbito de atividades de acolhimento, educativas, recreativas e desportivas; acolhimento e apoio a idosos e pessoas com deficiências, à família e à integração social e comunitária; promoção e proteção da saúde e bem-estar dos cidadãos; resolução de problemas habitacionais das populações mediante concessão de bens e prestação de serviços.

1.5 CAE: 88990 – Outras atividades de apoio social sem alojamento, não especificadas

1.6 Moeda: Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do exercício foram preparadas de acordo com o modelo contabilístico para as Entidades sem fins lucrativos, aprovado pelo Decreto-Lei nº.36-A/2011, de 9 de Março de 2011.

Instrumentos Legais da NCRF-ENSL:

Portaria nº. 105/2011, de 14 de Março – Modelos de demonstrações financeiras;

Portaria nº. 106/2011, de 14 de Março – Código de Contas;

Aviso nº.6726 – B/2011 – 14 de Março – NCFR-ESNL;

Decreto-Lei nº.158/2009, de 13 de Julho – SNC

2.2 Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ENSL que, em casos excepcionais, tenham sido derrogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade

No presente exercício não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC.

2.2 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2014 são comparáveis em todos os aspectos significativos com os valores do período de 2013.

2.3 Adoção pela primeira vez da NCRF-ENSL – divulgação transitória:

A adoção pela primeira vez da NCRF-ENSL efetivou-se no exercício de 2012 pelo que em 2013 foi dada continuidade à sua aplicação.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das DF's

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos elementos contabilísticos da Fundação Pires Negrão, de acordo com a normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

a) Ativos fixos tangíveis

A mensuração inicial dos ativos fixos tangíveis baseou-se no método do custo. O modelo do custo foi subsequentemente utilizado na mensuração destes ativos. Neste modelo, os ativos fixos tangíveis são valorizados pelo custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, menos depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

As depreciações destes ativos são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, pelo método das quotas constantes e em conformidade com as taxas previstas no decreto regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro.

As despesas de conservação e reparação que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros foram registadas como gastos no período em que são incorridos.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis com vida útil finita encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade. A metodologia adotada para a amortização destes ativos intangíveis é o método da linha recta.

c) Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os bens no seu local e na condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda. Os inventários foram mensurados pelo método do custo, sendo o custo médio ponderado o sistema de custeio utilizado. Foi usado o sistema de inventário intermitente.

d) Empréstimos obtidos

Os custos suportados com empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que ocorrem.

e) Perdas por imparidade

As perdas por imparidade são registadas quando ocorram acontecimentos que indiquem que o saldo em dívida, em parte ou pela totalidade, não será recuperável.

f) Associados e outras dívidas de terceiros

As dívidas dos utentes e dos associados com quotas em atraso, são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial. Ambos os casos aparecem representados no balanço no lado do ativo.

g) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outras entidades terceiras são registadas pelo valor nominal dado que não vencem juros e estão descritas no balanço no lado do passivo.

h) Caixa e depósitos bancários

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

i) Regime do acréscimo

De acordo com o regime do acréscimo, os gastos e rendimentos são registados no período ao qual dizem respeito, independentemente do seu pagamento ou recebimento.

3.2 Outras políticas contabilísticas

Dado que a FPN apresenta várias valências, é importante referir que existe uma enorme preocupação em separar os gastos e rendimentos, através de indicações específicas, de modo a poder analisar cada atividade de forma independente. Os gastos comuns são distribuídos de acordo com as seguintes percentagens, de Janeiro a Setembro de 2014:

- Creche – 16%
- Jardim de Infância – 30%
- ATL – 28%
- Academia de Música – 26%

De Outubro a Dezembro de 2014, as percentagens utilizadas na distribuição dos custos comuns foram as seguintes:

- Creche – 8,70%
- Jardim de Infância – 32,60%
- ATL – 30,44%
- Academia de Música – 28,26%

De mencionar que as valências dos POPH 4, 5 e 6 são contabilisticamente tratadas de forma independente em todas as rubricas.

3.3 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da FPN. A entidade não tem intenção nem necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

3.4 Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras foram efetuados juízos de valor e estimativas, e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período. Todo este processo teve por base o melhor conhecimento possível dos eventos e transacções em curso, bem como a experiência de situações passadas.

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

4. FLUXOS DE CAIXA

4.1 Quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A 31 de Dezembro de 2014 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

4.2 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos à ordem

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

Descrição	31/12/2013 (€)	31/12/2014 (€)
Caixa	13.847,29	506.13
Depósitos à ordem	6.594,89	16.018,79
- CGD	(10.593,70)	7.152,98
- CCAM	17.188,59	8.865,81
TOTAL	20.442,18	16.524,92

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

No decurso do ano de 2014 não foram detetadas quaisquer alterações ou erros com necessidade de correção logo, este ponto não é aplicável para a FPN.

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

a) Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas, e se forem finitas, as vidas úteis ou as taxas de amortização usadas

Os ativos definidos como intangíveis, neste caso em concreto, dizem respeito ao projeto “+Centro” de certificação e eficiência energética e ao projeto de especialidades do edifício da Fundação Pires Negrão. A vida útil destes ativos é finita e a taxa de depreciação utilizada é igual a 33,33%.

b) Os métodos de amortização usados para ativos intangíveis com vidas úteis finitas

Os ativos intangíveis com vida útil finita encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade. A quantia depreciável de um ativo intangível com uma vida útil finita deve ser imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. A amortização deve começar quando o ativo estiver disponível para uso, ou seja, quando estiver na localização

e nas condições necessárias para que seja capaz de operar da forma pretendida. A metodologia adotada para a amortização destes ativos intangíveis é o método da linha recta.

c) A quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas), no começo e no fim do período

Descrição		Outros Ativos intangíveis
Início do Período	Quantia bruta escriturada inicial	10.950,00
	Amortizações acumuladas iniciais	(3.649,64)
	Quantia líquida escriturada inicial	7.300,36
Período	Total da Adições	1.500,00
	- Aquisições 1ª mão	1.500,00
	- Outras aquisições	
	Total das diminuições	4.151,47
- Alienações		
- Amortizações	4.151,47	
Fim do período	Quantia bruta escriturada final	12.450,00
	Amortizações acumuladas finais	7.801,11
	Quantia líquida escriturada final	4.648,89

d) Os itens de cada linha da demonstração dos resultados em que qualquer amortização de ativos intangíveis esteja incluída

Ver na tabela indicada no ponto 6.1 alínea c).

e) Uma reconciliação da quantia escriturada no começo e no fim do período que mostre separadamente as adições, as alienações, as amortizações, as perdas por imparidade e outras alterações

Ver na tabela indicada no ponto 6.1 alínea c)

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta, métodos de depreciação usados e vidas úteis ou taxas de depreciação usadas

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas. O cálculo dessas mesmas depreciações efectuou-se através da utilização do método das quotas constantes e as taxas de depreciação utilizadas por categoria de ativo podem ser vistas na tabela que a seguir se apresenta:

FUNDAÇÃO PIRES NEGRÃO

ANEXO – Exercício de 2014

Categoria de Ativo	Taxas de amortização / depreciação utilizadas
Edifícios e outras construções	5%; 10%
Equipamento básico	6,66%; 12,5%; 14,28%
Equipamento de Transporte	20%
Equipamento administrativo	10%; 12,5%; 33,33%
Outros activos fixos tangíveis	10%; 12,5%; 14,28%; 25%

FUNDAÇÃO PIRES NEGRÃO

ANEXO – Exercício de 2014

b) Quantia Escriturada bruta e depreciações acumuladas no início e no fim do período (€)

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o quadro que seguidamente se apresenta.

Classe de ativos \ Valores apurados		Terrenos e recursos naturais	Edifícios outras const.	Equip. Básico	Equip. de transporte	Equip. Admin.	Outros AFT	AFT em curso	TOTAL
Início do período	Valor bruto escriturado	333.566,35	885.244,97	78.020,28	83.964,34	87.141,63	108.414,67	39.278,99	1.615.631,23
	Amortização acumulada	(0,00)	(318.758,51)	(68.712,02)	(80.450,93)	(37.307,32)	(92.563,52)	(0,00)	(597.792,30)
	Valor líquido escriturado	333.566,35	566.486,46	9.308,26	3.513,41	49.834,31	15.851,15	39.278,99	1.017.838,93
Período	Aquisições			10.102,27		2.159,39	16.538,30		28.799,96
	Alienações								
	Activos classificados como detidos p/ venda								
	Depreciações do período	(0,00)	(52.353,58)	(8.175,88)	(3.513,41)	(8.096,14)	(10.753,77)	(0,00)	(82.892,77)
	Revalorizações								
	Outras alterações								
Fim do período	Valor bruto escriturado	333.566,35	885.244,97	88.122,55	83.964,34	89.301,02	124.952,97	39.278,99	1.644.431,19
	Amortização acumulada	(0,00)	(371.112,09)	(76.887,90)	(83.964,33)	(45.403,46)	(103.317,29)	(0,00)	(680.685,07)
	Valor líquido escriturado	333.566,35	514.132,88	11.234,65	0,00	43.897,55	21.635,68	39.278,99	963.746,12

8. LOCAÇÕES

A Fundação Pires Negrão não suporta encargos com quaisquer tipos de contratos desta natureza o que significa que este ponto não se aplica a esta entidade.

9. CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

9.1 Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos

A política contabilística aplicada aos custos dos empréstimos obtidos é o simples reconhecimento dos custos dos empréstimos obtidos como gastos do período.

Descrição	Valor Contratual do empréstimo (€)	Valores do Empréstimo		Custo dos empréstimos obtidos anuais suportados	
		Corrente (€)	Não Corrente (€)	Total (€)	Dos quais: Juros suportados (€)
Instituições de Crédito	369.118,49	305.055,11	64.063,38	22.348,76	21.116,26
Participantes de capital	243.563,12		243.563,12		
Outros financiadores					
TOTAL	612.681,61	305.055,11	307.626,50	22.348,76	21.116,26

10. INVENTÁRIOS

Os inventários foram mensurados pelo método do custo, sendo o Custo médio ponderado o sistema de custeio utilizado. Foi usado o sistema de inventário intermitente.

Os inventários da entidade detalham-se na tabela que a seguir se representa:

Descrição	Mercadorias (€)	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo (€)	TOTAL (€)
1. Inventários Iniciais			
2. Compras		117.046,88	117.046,88
3. Reclassificação e regularização de inventários			
4. Inventários Finais			
5. CMVMC (5 = 1+2+3-4)		117.046,88	117.046,88

11. RÉDITO

11.1 Divulgar:

a) As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito

O rédito relativo a vendas e prestações de serviços compreende o justo valor (fixado livremente entre as partes, numa base de independência) da contraprestação recebida ou a receber decorrentes da atividade normal da entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos. A entidade reconhece o rédito da venda de bens quando este possa ser fiavelmente mensurado, seja provável que obtenha benefícios económicos futuros, os riscos e vantagens significativos da propriedade do bem são transferidos para o comprador e não seja mantido envolvimento continuado da gestão com grau associado de posse ou controlo efetivo dos bens vendidos. No caso das prestações de serviços, o reconhecimento do rédito encontra-se associado ao grau de acabamento do serviço.

b) A quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o proveniente de:

Rubricas	2014
Prestação de Serviços (Matrículas e Mensalidades)	140.544,42
- Creche	14.327,79
- Jardim de Infância	40.236,13
- ATL	9.026,50
- Academia de Música	51.197,00
- Outros	25.757,00
Juros obtidos de Depósitos bancários	29,68

12. PROVISÕES, PASIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES

Não aplicável.

13. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS

13.1 - Devem ser divulgados os assuntos seguintes:

a) A política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras

Os subsídios provenientes da Segurança Social e dos restantes organismos públicos são reconhecidos como subsídios à exploração no momento em que são recebidos, e são apresentados na demonstração dos resultados na conta 75 – *Subsídios, doações e legados à exploração*.

Os subsídios provenientes do IEFP, referentes às várias medidas de apoio à contratação, são reconhecidos pela totalidade, e especializados para cada exercício económico, na contabilidade na conta 75 – *Subsídios, doações e legados à exploração* por contrapartida de uma subconta da classe 2. À medida que se vai recebendo, anula-se a subconta da classe 2 por contrapartida da conta específica do recebimento (caixa ou bancos). O rendimento proveniente deste tipo de subsídio aparece espelhado na demonstração dos resultados e os recebimentos no balanço do período em análise.

O rendimento dos subsídios ao investimento será imputado a cada exercício com base nas depreciações dos bens que integram o projeto financiado. A globalidade do subsídio é reconhecida numa subconta da conta 59.3 – *Subsídios ao investimento* por contrapartida de uma subconta da classe 2 (que se salda à medida que se recebe, por contrapartida do caixa ou da conta de depósitos à ordem) e à medida que se reconhece o rendimento na conta 78.8.3 – *Imputação de subsídio para investimento* salda-se igualmente a conta 59.

b) A natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que a entidade tenha diretamente beneficiado

Entidades / Valência	2014
Seg. Social – Creche	64.613,92
Seg. Social – Jardim de Infância	83.780,58
Seg. Social – ATL	50.828,38
Educação e Formação – POPH 5	452.025,67
Educação e Formação – POPH 6	189.038,95
IEFP	6.025,34
Subsídios ao investimento	28.742,58
TOTAL	875.055,42

c) Condições não satisfeitas e outras contingências ligadas ao apoio do Governo que tenham sido reconhecidas

Não aplicável.

d) Benefícios sem valor atribuído, materialmente relevantes, obtidos de terceiras entidades

Não aplicável.

c) Principais doadores / fontes de fundos

A principal fonte de fundos, subsídios à exploração, é o Instituto da Segurança Social.

Relativamente aos subsídios ao investimento, contabilizou-se na conta 59.3 um total de 124.027,97€ relativamente ao projeto “+Centro” no âmbito de uma candidatura ao Programa Operacional Regional do Centro (QREN).

14. EFEITOS DAS ALTERAÇÕES DA TAXAS DE CÂMBIO

Não aplicável.

15. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Não aplicável.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2014, as rubricas de Utentes, Fornecedores e Outras contas a receber e a pagar apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Mensurados ao custo (€)
Ativos Financeiros	289.417,98
- Utentes	8.151,23
- Outras contas a receber	281.266,75
Passivos Financeiros	840.449,60
- Fornecedores	97.695,06
- Financiamentos Obtidos	612.681,61
- Outras contas a pagar	130.072,93

A 31 de Dezembro de 2014 as rubricas de Caixa, Depósitos bancários e outros depósitos bancários apresentava a seguinte discriminação:

Rubricas	2014
Caixa	506,13
Depósitos Bancários	16.018,79
Outros Depósitos bancários	0,00
TOTAL	16.524,92

17. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

17.1 Número médio de empregados durante o ano

No decurso do ano de 2014 a FPN contou com uma média de 20 funcionários, distribuídos da seguinte forma pelas 9 valências:

- Creche – 5
- Jardim – 4
- ATL – 1
- Academia de Música – 1
- POPH 4 – 0
- POPH 5 – 6
- POPH 6 – 9
- Campo de Férias – 0
- Centro Residencial de Silves – 0

17.2 Número de membros dos órgãos diretivos e alterações ocorridas no período de relato financeiro

Os estatutos da FPN preveem que a gerência da instituição seja exercida pelo conselho de administração e fiscalizada pelo conselho fiscal. O conselho de administração é composto por três membros: um presidente, um secretário e um tesoureiro, cabendo ao conselho de administração, de entre outras funções, designar os restantes membros. O conselho fiscal é igualmente composto por três elementos: um presidente e dois vogais, competindo-lhes fiscalizar a escrituração e documentação diversa e dar parecer sobre os demais. No período em análise não ocorreram quaisquer alterações aos membros que compõem os quadros diretivos.

17.3 Informações sobre as remunerações dos órgãos directivos

Todos os elementos que compõem o conselho administrativo e fiscal da FPN, sem exceção, não recebem qualquer tipo de remuneração ou outra compensação, ou seja, contribuem de forma voluntária para que a instituição preste um serviço exemplar à comunidade do concelho de Cantanhede.

18. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

Nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro, declara-se que não existiam dívidas em mora ao Estado. Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, a gerência informa que a situação perante a Segurança social encontra-se regularizada, dentro dos prazos legalmente estabelecidos.

19. OUTRAS INFORMAÇÕES

19.1 A rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos” apresentava a 31 de Dezembro de 2014 o seguinte detalhe:

FSE	Saldo a 31-12-2014 (€)
62.2 Serviços Especializados	274.930,44
62.3 Materiais	5.168,93
62.4 Energia a Fluidos	14.571,27
62.5 Deslocações, estadas e transportes	383,77
62.6 Serviços Diversos	61.807,77
TOTAL	356.862,18

19.2 A rubrica de “Gastos com Pessoal” apresentava a 31 de Dezembro de 2014 o seguinte detalhe:

GASTOS COM PESSOAL	Saldo a 31-12-2014 (€)
63.2 Remunerações do Pessoal	285.807,26
63.4 Indemnizações	19.600,00
63.5 Encargos sobre Remunerações	59.928,72
63.6 Seguros de Acidentes de Trabalho e Doença	2.410,98
63.8 Outros gastos com o pessoal	2.494,44
63.9	7.289,00
TOTAL	377.530,40

19.3 A rubrica de “Outros Rendimentos e Ganhos” apresentava a 31 de Dezembro de 2014 o seguinte detalhe:

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	Saldo a 31-12-2014 (€)
78.2 Desconto pronto pagamento obtido	0,47
78.7 Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00
78.8 Outros	36.298,06
TOTAL	36.298,06

19.4 A rubrica de “Outros Gastos e Perdas” apresentava a 31 de Dezembro de 2014 o seguinte detalhe:

OUTROS GASTOS E PERDAS	Saldo a 31-12-2014 (€)
68.1 Impostos	5.271,93
68.8 Outros	2.521,76
TOTAL	7.793,69

Após o termo do exercício não ocorreram quaisquer factos relevantes que mereçam ser divulgados neste anexo.